

A PESCA ARTESANAL NO ESTADO DO AMAPÁ: ESTADO ATUAL E DESAFIOS

Luis Mauricio Abdon da SILVA^{1,2} & Marcos Tavares DIAS³

RESUMO

O estado do Amapá possui localização geográfica privilegiada quanto ao rio Amazonas e Oceano Atlântico, os quais influenciam os pesqueiros. A atividade extrativista pesqueira tradicional no Amapá, de natureza fundamentalmente artesanal, é pouco competitiva com a praticada na costa amapaense, por embarcações industriais de outros estados do Brasil e até mesmo de outros países. O objetivo deste estudo foi discutir a realidade atual da pesca artesanal no estado do Amapá propondo soluções para a sua melhoria. Para este trabalho, foram realizadas entrevistas com representantes das classes de pescadores e empresários ligados ao setor nos principais pontos de desembarque do estado. São mostrados problemas com relação à questão fundiária, organização dos pescadores, indústrias de pesca e produção pesqueira do estado. Algumas alternativas para a melhoria da atividade pesqueira no estado são relatadas, sempre levando em consideração a questão regional e ambiental.

Palavras chave: Pesca, Peixes, Produção, Organização de Pescadores.

THE ARTISANAL FISHERING IN THE STATE OF AMAPÁ: CURRENT STATUS AND CHALLENGES

ABSTRACT

The state of Amapá has prime location concern to the fisheries resources due to the influence of the Amazon River and Atlantic Ocean. The activity in the traditional extractive fishing of the Amapá, mainly artisanal in nature, is not competitive with the practice by boats from other states of the Federation and even other flags. The aim is to show clearly and critically, the current reality of artisanal fisheries in the state of Amapá. For this study interviews were conducted with representatives of the fishermen and businessmen linked to the sector at the main commercializing points of the state. The results show that are problems related to land legalization question, organization of fishermen, fishing industries and fisheries production in the state. Some alternatives for the improvement of fishing activity in the state are reported, when taking into account the regional and environmental issues.

Key words: Fisherie, fish, production, organization of fishermen.

1- Pesquisador, Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá, Núcleo de Pesquisas Aquáticas.

2- Doutorando, Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade Tropical, Universidade Federal do Amapá.

3- Pesquisador, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/ Amapá.

e-mail: luis.mauricio@iepa.ap.gov.br

INTRODUÇÃO

A plataforma continental da região Norte do Brasil possui aproximadamente 295.000 km², dividida entre os estados de Maranhão, Pará e Amapá, que constituem 28%, 55% e 17% do total, respectivamente. Assim, no Amapá correspondem aproximadamente 50.000 km² de plataforma (SUFRAMA, 1999). O litoral amazônico possui vocação natural para a pesca extrativista e inclui os estados do Amapá e Pará. A pesca é uma das atividades mais tradicionais no Brasil, garantindo renda e subsistência para uma boa parte da população, além de render importantes divisas para o país. A produção pesqueira do litoral norte (estados do Amapá e Pará) representa 20% do volume total de pescado de origem marinha/estuarina do Brasil e 10% do valor total de produtos exportados dessa origem, ultrapassando US\$ 40 milhões/ano (ISAAC-NAHUM, 2006).

Do ponto de vista geográfico, as principais atividades pesqueiras no estado do Amapá ocorrem em cinco setores - na planície marítima, localizada no litoral norte, desde o município do Oiapoque até a desembocadura do Rio Araguari; na região dos lagos entre os Rios Flexal e Araguari; no baixo estuário, desde o Rio Araguari até o Rio Curiaú; na área urbana e portuário, incluindo Macapá e Santana e na região do alto estuário, desde a desembocadura do Rio Matapi até a fronteira com Pará (SUFRAMA, 1999), abrangendo os municípios de Santana, Mazagão, Vitória do Jarí e Laranjal do Jari. Assim, o estado do Amapá possui uma situação privilegiada quanto aos recursos pesqueiros, devido à sua localização geográfica em relação ao Oceano Atlântico, no qual a descarga monumental de água do maior rio do mundo, Rio Amazonas, propicia na plataforma continental da costa do Amapá um ambiente de elevada produtividade primária, favorecendo a ocorrência de diversas espécies de peixes e crustáceos, os quais constituem recursos naturais de grande importância para a pesca artesanal e industrial no litoral norte-atlântico (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 1997; ISAAC-NAHUM, 2006).

A situação desses recursos que antes era de abundância, hoje encontra-se ameaçada, uma vez que sua exploração ao longo dos anos foi realizada sem controle adequado dos estoques pesqueiros naturais e do livre acesso. Ao longo do tempo, a realidade da pesca na costa norte brasileira vem sendo baseada somente no princípio do aspecto econômico, o qual privilegia o lucro fácil e incentiva métodos e práticas predatórias de captura, nocivos à ecologia da região (DIEGUES, 2001).

A atividade extrativista pesqueira tradicional no estado do Amapá, de natureza fundamentalmente artesanal, é pouco competitiva com a praticada na costa amapaense por barcos de outros estados da Federação e até mesmo de outras bandeiras. Isso possibilita a evasão de divisas, uma vez que a comercialização é então praticada em outros estados e países, muito embora o estado do Amapá possua maior vantagem no que se refere à comercialização, especialmente em relação à Europa, em razão de sua posição geográfica estratégica. A presença dessas embarcações em grande número na costa amapaense, com seu alto poder de captura e impacto ambiental, representa uma ameaça à sustentabilidade da atividade pesqueira na região, já que a exploração econômica desordenada e o uso sustentável desses recursos naturais entram em conflito com o lucro, o qual representa sempre o objetivo final e imediato. Portanto, uma reformulação imediata da legislação pesqueira, aquícola, fiscal e tributária amapaense, garantindo a participação da comunidade na sua discussão, possibilitará o aprimoramento das normas legais orientadoras do ordenamento e desenvolvimento das atividades da pesca artesanal, bem como da aquicultura.

A melhoria na qualidade de gestão das organizações associativas, elevando o status quo dessas entidades, passando a agir de forma mais profissional e empreendedora – promoverá verdadeiramente a inclusão social pelo trabalho, materializada na forma da melhoria da qualidade de vida das populações de pescadores, bem como dos aquicultores

familiares amapaenses. Do ponto de vista prático, para alcançar esses objetivos há necessidade de estruturação dos serviços públicos, revisão da legislação, investimentos em infraestruturas priorizando os Pólos Pesqueiros do norte do estado (municípios de Calçoene, Oiapoque e Amapá), além de preparo dos trabalhadores da cadeia produtiva, ordenamento costeiro e pesqueiro com fiscalização efetiva da pesca e modernização da frota pesqueira artesanal costeira da região, entre outros.

O objetivo deste estudo foi descrever e discutir a realidade atual da pesca artesanal no estado do Amapá, sugerindo ações que promovam uma nova dinâmica no que se refere à operacionalização das políticas públicas para o setor pesqueiro artesanal.

MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo foi conduzido nos principais locais de desembarque pesqueiro do estado do Amapá, compreendendo os municípios de Oiapoque, Calçoene, Amapá, Tartarugalzinho e Pracuúba durante o período de janeiro a março de 2008 (Figura 1). Foram realizadas entrevistas com representantes das Colônias de Pescadores dos referidos municípios, empresários ligados ao setor pesqueiro, bem como aquisição de dados de órgãos governamentais com o objetivo de obter informações sobre a situação fundiária, a organização social dos pescadores, as indústrias de pesca no estado e produção pesqueira nestes cinco municípios.

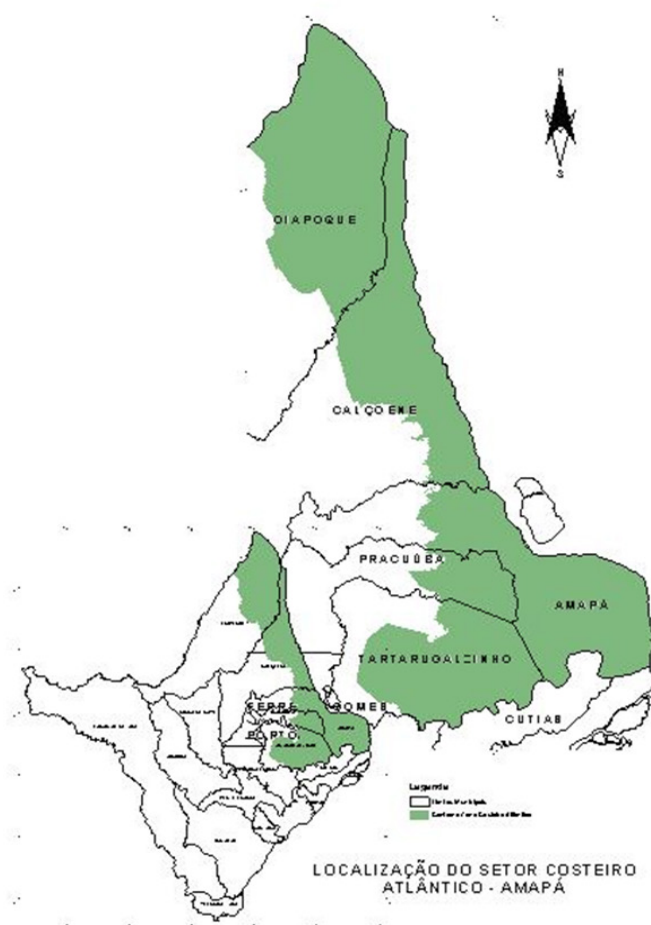


Figura 1. Mapa do estado do Amapá com a localização dos municípios entrevistados
Fonte: Gerenciamento Costeiro do Amapá – GERCO – AP

RESULTADOS E DISCUSSÃO

SITUAÇÃO FUNDIÁRIA COSTEIRA DO ESTADO DO AMAPÁ

No litoral amapaense, estão localizadas quatro Unidades de Proteção Integral, criadas a partir de 1980, sendo três delas federais e uma estadual, espaços fundamentais para a preservação da biodiversidade (Tabela 1). Entretanto, estas unidades são objetos constantes de conflitos entre órgãos gestores e posseiros das comunidades tradicionais de pescadores que historicamente ocupam e exploram os recursos naturais existentes nestas regiões das Unidades de Proteção Integral ou seu entorno, assim dependem dos recursos pesqueiros ali existentes. Todas essas áreas de proteção integral ocupam um total de $\frac{3}{4}$ da extensão litorânea, com 10 km mar adentro proibidos à pesca.

Tabela 1 - Unidades de Proteção Integral na costa do Amapá.

Nome	Área (ha)	Data de Criação	Orgão Gestor
PARNA Cabo Orange	619.000,0	15.07.1980	IBAMA
ESEC Maracá/Gipióca	72.000,0	20.07.1981	IBAMA
REBIO Piratuba	357.000,0	16.07.1980	IBAMA
REBIO Parazinho	111,3	21.01.1985	Sema

A ausência de critérios sociais usados para a criação destas Unidades de Proteção Integral e os modelos utilizados para cada realidade local, são pontos contestados pelas populações locais, que consideram que sua presença no ambiente foi ignorada, bem como as consequências sociais advindas da proibição do uso dos recursos pesqueiros para a sua subsistência. Além disso, declaram que a União não tomou as devidas providências de compensações ou indenizações previstas em lei de direito adquirido (BRASIL, 2000).

As comunidades pesqueiras prejudicadas pela criação destas Unidades são: Tape-rebá, município de Oiapoque; Cunaní, município de Calçoene; Sucurijú, município de Amapá; Bailique, município de Macapá e Lago Novo – Andiroba, município de Tartarugalzinho. Consequentemente, essas comunidades se encontram ameaçadas pelo alto êxodo rural e indigência, pois a maioria dessas famílias foram habitar as periferias dos centros urbanos, as quais despreparadas para viver fora do seu ambiente passaram a integrar as estatísticas de miseráveis e da criminalidade, no estado do Amapá. Sem as providências que cabe ao Estado, esse será o destino do restante das comunidades que ainda encontram-se na região, seguido pelo total desaparecimento dessas populações tradicionais de pescadores amapaenses.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS PESCADORES NO ESTADO DO AMAPÁ

No estado do Amapá, a organização dos pescadores apresenta fraca atuação política devido alguns fatores. O baixo nível escolar e alto índice de analfabetismo (Figura 2) comprometem às ações de capacitação e de conscientização organizativa dessa classe, condição indispensável para promoção do setor. A pouca capacitação realizada para pescadores não tem alcançado êxito entre estes profissionais, pela ausência de interesse nos cursos, pois em geral são oferecidos por profissionais que não atuam diretamente na atividade de pesca.

A falta de representações de classe pelas lideranças e legítimas dificulta o diálogo entre os pescadores, o Estado e as instituições financeiras. O setor pesqueiro é considerado um dos mais desorganizados do Brasil. Historicamente, a origem das Colônias de

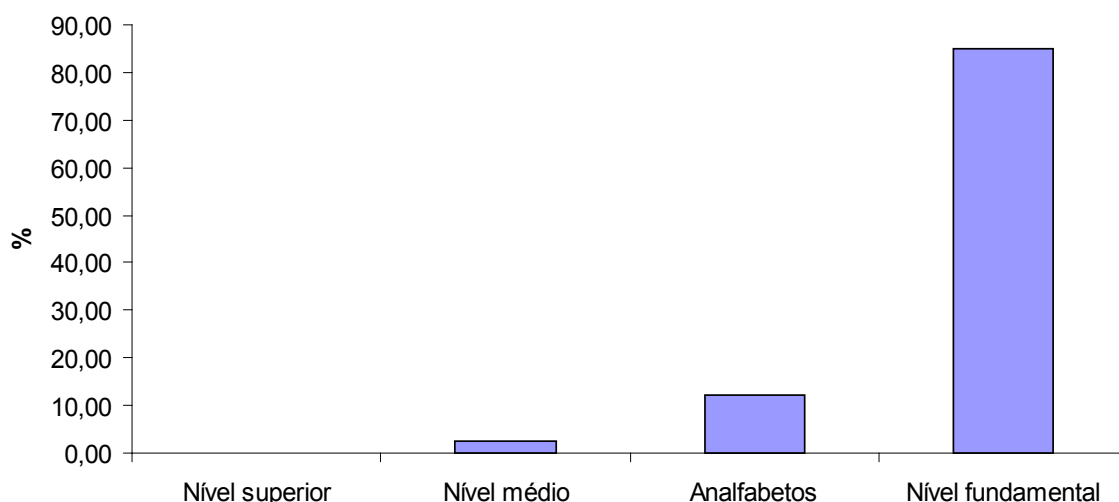


Figura 2. Escolaridade de 8.594 pescadores cadastrados no Amapá. (Fonte: Secretaria Especial de Pesca da Presidência da República - Seap/PR).

pescadores visava conseguir o controle sobre os pescadores, por parte do Estado, ao invés de ser uma representação legítima da classe. Esse fato, aliado à utilização das Colônias de Pescadores como instrumentos de poder político ou benefício econômico, por parte de seus dirigentes, criou descrédito nessas entidades. Nos centros mais desenvolvidos do país, os pescadores vêm utilizando outros modelos modernos de organização social. No estado do Amapá, a gerência deficiente da maioria dessas entidades não possui preparo para o cargo, além disso, estão vulneráveis aos vícios, propensão ao despotismo e corrupção, quando compactuam com aumento dos seus quadros sociais com falsos pescadores profissionais, que passaram a ser maioria entre eles. Porém, esta situação foi gerada a partir da criação do benefício do Seguro Desemprego da classe de pescadores profissionais.

As Colônias de Pescadores do estado do Amapá, que antes da criação do seguro desemprego instalavam suas Assembleias para tomadas de decisões no interesse geral da categoria, hoje com a descaracterização dos seus quadros sociais desmotivou-se a participação dos pescadores tradicionais. Assim, estas entidades transformaram-se em meros instrumentos de interesse no Seguro Desemprego e no crédito da pesca econômica, perdendo sua caracterização de ferramenta de representação dos interesses dos legítimos pescadores profissionais. Conseqüentemente, a organização de classe dos pescadores profissionais amapaenses necessita de uma depuração pelo poder público, bem como de capacitação gerencial e associativa, para melhoria de forma autônoma em seu funcionamento satisfatório e compartilhamento de responsabilidade com o poder público na gestão e execução das políticas de desenvolvimento neste importante setor econômico do estado do Amapá.

Na Tabela 2, são apresentados o histórico de registros de pescadores realizado pelo governo Federal no Amapá.

Tabela 2. Registros de pescadores realizados pelo governo Federal no Amapá.

Instituição	Ano	Nº Registros	Crescimento anual	Seguro Desemprego
Sudepe	1975-1989	3.285	235 pescadores	Não existia
Ibama	1990-2000	7.426	376 pescadores	Início/AP – 1995
Mapa	2001-2003	3.614	1.205 pescadores	Seguro de 3 anos
Seap/PR	2004-2005	4.460	Recadastramento	Início/AP – 2004
Seap/PR	2007	8.594	2.062 pescadores	Seguro de 1 ano

Fonte: Conselho de Articulações dos Pescadores do Amapá- CAPA.

No recadastramento dos pescadores profissionais conduzido pela Seap/PR-AP em 2005 em todo o estado, foram legalizados 4.460 pescadores, sendo 1.615 mulheres (36,21%) e 2.845 homens (63,79%). Em apenas 2 anos (2006 e 2007), esse número saltou para 8.594 pescadores profissionais, aumentando em aproximadamente 93%, com aumento anual de 2.062 pescadores profissionais.

O crescimento crescente de mulheres cadastradas pelo governo federal como pescadoras profissionais, a partir da redução do tempo de Registro Geral da Pesca (RGP) de três anos para um ano ao direito do seguro desemprego, na proporção projetada pelos dados do recadastramento de 2005, alcançou 43% dos pescadores profissionais do estado do Amapá (8.594). Esse aumento é preocupante, pois este quadro coloca em dúvidas o modelo de RGP utilizado pela Seap-PR/AP, que sem critérios de exigências profissionais para o registro assegura a essas mulheres direitos sem de fato ter a certeza que estão exercendo a pesca profissional. Com poucas exceções, nessa profissão tipicamente masculina, elas não são encontradas tripulando embarcações de pesca e/ou são credenciadas pela Capitania dos Portos para trabalhar em embarcações. Corroborando esse quadro não existe também no estado Amapá atividades econômicas de marisqueiras e catadeiras desenvolvidas por mulheres, como ocorre em estados do nordeste (MOURA et al., 2003; VASCONCELOS et al., 2003) e em estado vizinho (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2006).

A partir de 1995, a procura das mulheres do Amapá pelo credenciamento de pescador profissional aumentou a partir da criação do Seguro Desemprego, Lei nº. 8.287/1991, com objetivo de acessar o referido benefício e orientadas por agentes públicos, segundo informações das mesmas. Porém, deve ser ressaltada a importante participação das mulheres dos pescadores na sua organização de classe, como fortalecimento das atividades sociais e culturais e no desenvolvimento de atividades na cadeia produtiva, tais como o beneficiamento da produção.

A Lei nº 142, de 29 de dezembro de 1993, instituiu a Política Pesqueira do estado do Amapá que define as modalidades de pesca existentes na região. Porém, as entidades de pescadores e órgãos públicos ligados à pesca agem a revelia dessa lei, misturando pesca econômica realizada de forma profissional com a pesca de subsistência, praticada pelos ribeirinhos e demais populações interioranas, com a finalidade de complementar o suprimento alimentar. Esse tratamento inadequado precisa ser diferenciado nas suas políticas, pois tem levado milhares de pessoas a acessar o Seguro Desemprego de Pescador Profissional e crédito da pesca econômica indevidamente, com resultados desastrosos.

A mesma Lei nº 142, no seu Art. 43, determina que o poder executivo estadual faça o RGP com cadastramento de todas as pessoas físicas, jurídicas e embarcações que exerçam a atividade pesqueira no estado do Amapá. Porém, passado 14 anos da criação dessa lei, o estado do Amapá deveria ter identificado através de cadastro a quem deve dirigir sua política de desenvolvimento pesqueiro. Como o Estado não tem essa informação cadastral, suas ações têm sido periféricas, sem efeito concreto e desperdício do orçamento público, restando assim essa confusão geral no setor pesqueiro amapaense.

A ausência do Estado, através de um órgão de extensão com efetiva atuação tem contribuído enormemente para a desestruturação organizacional dos pescadores, devido à importância que a extensão representa na orientação e capacitação dos trabalhadores deste setor.

No modelo de RGP utilizado pelo governo federal, a maioria dos proponentes a profissão são encaminhados pelas entidades de classe que nem sempre utilizam critérios profissionais para associação destes indivíduos. Considerando o nível educacional dos pescadores amapaenses que atuam na pesca artesanal, possuem dificuldades até para atender as exigências de escolaridade para habilitação mínima aquaviária pela Capitania dos Portos.

A pesca artesanal no estado do Amapá projeta uma renda média mensal para os pescadores abaixo do salário mínimo consoante à produção apresentada e mais a condição de periculosidade no mar. Portanto, não há, atualmente, atrativos na pesca artesanal do Amapá que justifiquem o interesse de um número tão elevado de pessoas pela profissão, quando podem buscar melhores condições de vida. Consequentemente, constata-se que até os filhos dos pescadores, estudantes de nível de ensino fundamental, não desejam seguir essa profissão, uma vez que não há perspectivas positivas futuras, quando consideram as dificuldades enfrentadas por seus pais. Devido a todas essas razões, há dúvida sobre o elevado número de pescadores profissionais legalizados pela Seap-PR/AP e seus níveis educacionais, incompatíveis com a pequena frota e a baixa produção pesqueira no estado do Amapá.

A falta de oportunidades e incentivos para a educação formal e profissional apropriada às condições dos pescadores, bem como a ausência, na maior parte dos casos, de conhecimentos sobre as regras básicas de gerenciamento de negócios em uma sociedade estritamente capitalista, faz do pescador, principalmente o de pequena escala, um trabalhador sem instrumentos sociais e econômicos para melhorar a sua condição de vida. Para agravar o quadro, devido à situação contínua de pobreza, não existe uma tradição de acumulação de excedentes ou de poupança, para poder garantir uma melhor situação econômica futura.

INDÚSTRIAS DE PESCA NO AMAPÁ

A Tabela 3 mostra os empreendimentos de pesca instalados no estado, sua localização, capacidade de produção de gelo, capacidade de armazenagem de câmara fria e quais se encontram em funcionamento ou não.

No estado, os investimentos existentes em infraestrutura para produção de gelo e capacidade de armazenagem de câmara fria são inexpressivos para a sua necessidade e, além disso, os empreendimentos encontram-se mal distribuídos. A ausência de políticas públicas consistentes para dar direcionamento para o setor da pesca artesanal e aquicultura, bem como orientar os investimentos públicos e privados, tem sido um grande gargalo que necessita ser superado. A situação é de insegurança para os investimentos, levando a círculo vicioso, pois onde não há produção de pescado não há frigoríficos e vice-versa. O Estado tem o dever de proporcionar a infraestrutura essencial como estradas, portos urbanizados, energia elétrica e água potável, que são indispensáveis para desenvolvimento das atividades essenciais do indivíduo, bem como das atividades pesqueiras e de outros setores da economia.

Empreendimentos com infraestrutura para produção de gelo e capacidade de armazenagem de câmara fria bem como outras da atribuição do setor privado, de pescadores e aquicultores não devem ser feitos pelo poder público. Frigoríficos do Governo do estado do Amapá (GEA), mencionados na Tabela 3, estão todos sucateados e necessitando de investimentos para reforma da sua infraestrutura. Porém, estes foram usados pela iniciativa privada, atualmente, possuem equipamentos ultrapassados, não receberam qualquer manutenção da sua infraestrutura e nem beneficiou de comunidade onde estão ou estavam instalados. Portanto, o Estado deveria otimizar os recursos financeiros disponíveis, utilizando-os em ações estratégicas para as atribuições no setor pesqueiro, incentivando os demais empreendimentos de competência da iniciativa privada.

Tabela 3. Empreendimentos de Pesca no Amapá

Nome do frigorífico	Município	Capacidade gelo (t/dia)	Capacidade armazenagem (ton)	Situação atual
Pacífico	Santana	70	200	Em reforma
Polar	Santana	150	200	Em reforma
GEA	Santana	150	300	Em reforma
Iglu	Macapá	48	-	Ativo
Frigomar	Macapá	-	80	Ativo
Prefeitura	Tartarugalzinho	2.4	8	Parado
GEA	Pracuúba	0.5	2	Ativo
GEA	Amapá	7	50	Parado
GEA	Calçoene	40	80	Ativo
Calçomar	Calçoene	144	220	Ativo
Polar	Calçoene	54	-	Ativo
Cunhaú	Calçoene	-	50	Ativo
GEA	Oiapoque	3	15	Parado
Polar	Oiapoque	42	-	Ativo
Total		702,9	1.495	

Fonte: Agência de Pesca do Amapá – PESCAP

PRODUÇÃO PESQUEIRA NO ESTADO DO AMAPÁ

A produção de pescado comercializada no estado do Amapá tem seu principal porto de desembarque no município de Santana, que faz a distribuição deste produto para todo o estado, em sua grande maioria, oriundos dos municípios paraenses do baixo e médio Amazonas (Santarém, Óbidos, Monte Alegre, Alenquer, Prainha e outros) e de alguns municípios amazonenses (Maués, Coari e outros) e em menor proporção do porto de Macapá e Laranjal do Jarí. Porém, os municípios de Calçoene, Oiapoque e Amapá, possuem os desembarques mais expressivos da frota marítima paraense, que lá aportam e comercializam parte da produção, aproveitando para renovar os suprimentos de pescaria ou desembarcam pescados que seguem para outros centros consumidores da Federação, encaminhadas por armadores paraenses para cumprir contratos de fornecimentos e são transportados por caminhões frigoríficos para Belém (PA) e outros centros.

A profissionalização da pesca, aliada ao aumento dos incrementos tecnológicos introduzidos na Amazônia nas últimas três décadas tem influenciado pouco na produção do estado do Amapá, apesar de estarem presentes em sua costa as frotas dos estados vizinhos (PA e MA).

Décadas atrás existiam maiores ofertas da produção do pescado marinho amapaense e seu excedente era levado por barcos locais para comércio no Ver-o-Peso, Belém (PA). Atualmente, ocorre o inverso, devido à estagnação da produção amapaense, causada pela ausência de investimentos no setor de pesca marítima, incluindo infraestrutura e serviços públicos pelo estado do Amapá e do aumento do consumo provocado pelo crescimento populacional da ordem de 5,7% ao ano.

A produção da pesca marítima e estuarina de comunidades que não possuem produção de gelo, como é o caso da região do Sucurijú e Bailique (produção mínima de gelo), usam então a salga como método de conservação, e o seu pescado por falta de mercado do produto no Amapá, é vendido para o Pará, onde é consumido em colônias agrícolas.

A pesca continental ou de água continental é considerada inexpressiva do ponto de vista da produção comercial, porém, de relevância social. Seus estoques são limitados e servem apenas para subsistência das populações ribeirinhas ou interioranas do estado do Amapá, com pequeno excedente no período de estiagem (verão na Amazônia), motivado

pela concentração das águas nos rios, igarapés, lagos e outros ambientes inundáveis, que facilita a captura dos peixes. A produção do camarão regional de água doce (*Macrobrachium amazonicum*) é a única exceção, sua população consegue suportar um maior esforço de captura (SILVA, 2002; DIAS, 2008).

Se a região é limitada para o extrativismo pesqueiro, o mesmo não acontece para a aquicultura, sua rede hidrográfica pode ser utilizada para o cultivo de peixes em tanques, redes e outros organismos aquáticos, transformando-se em uma importante alternativa econômica para essas comunidades que possuem área de lagos com condições de cultivo.

O consumo de pescado per capita da população urbana na cidade de Macapá em 1996, era de 54 kg/ano, com aumento significativo na população rural (ISAAC et al., 1998). Porém, este consumo pela população amapaense vem decrescendo, devido à queda na qualidade do produto aliada aos altos preços praticados pelo mercado local (SILVA e SILVA, 2004). Como os peixes são, geralmente, procedentes dos estados do Pará e Amazonas (Rio Amazonas), chegando no Amapá, através de atravessadores, em sua maioria, isso eleva o preço do produto.

Esta baixa produtividade do pescado extrativista, bem como oriundo da aquicultura amapaenses, é incompatível com as potencialidades do estado, assim precisa ser revista por todos envolvidos no processo, principalmente o poder público e produtores, pois no momento o mundo vive a escassez e altos preços de alimentos. O estado do Amapá é um grande comprador de alimentos de outros estados do Brasil, pois sua população é predominantemente urbana, assim produz pouco daquilo que consome.

A tabela 4 destaca a produção média mensal de peixes oriundos da pesca artesanal desembarcada no estado do Amapá, referente aos primeiros seis meses de 2007. Porém, dados estatísticos sobre a pescada artesanal estimou uma produção de 17.999 toneladas em 2006 (IBAMA, 2008). Estas informações estatísticas são divergentes daquelas fornecidas pela comunidade de pescadores, que informou uma produção de 1.449 toneladas nos seis primeiros meses de 2007. Essas diferenças parecem ser devido ao inadequado método de coletas de dados e falta de qualificação dos coletores de informação. Além disso, o registro das informações oficiais da produção de pescados desembarcada no estado do Amapá, não identifica a produção que vem dos estados do Pará e Amazonas nem aquela que é produzida no Amapá.

A realidade é que a produção local vem decrescendo, devido à estagnação do setor e aumento da produção dos estados vizinhos (PA e AM) que é desembarcada no estado do Amapá, em busca de mercados consumidores para os seus produtos. O aumento anual da demanda amapaense motivado pelo crescimento populacional do estado na taxa de 5,7% favorece a produção dos estados vizinhos do PA e AM. Além disso, dados estatísticos oficiais inadequados (2002 = 10.000 t, 2006 = 17.000 t) têm levado o Governo do estado do Amapá a acreditar que a produção de pescados desembarcada no estado do Amapá é toda de procedência amapaense, demonstrando crescimento errôneo da atividade pesqueira local no decorrer dos anos como fruto da intervenção positiva do Estado.

Observa-se, na Tabela 4, que não existe uma relação direta de proporcionalidade entre número de pescadores registrados, produção média mensal desembarcada e número de embarcações. No período de janeiro a junho de 2007, os municípios de Santana, Macapá e Calçoene destacaram-se no desembarque com média mensal de 485, 299 e 269 toneladas, respectivamente.

Tabela 4. Produção do desembarque de peixes estuarinos no estado do Amapá.

Cidade	Pescadores (Nº)	Produção média Mensal (t)	Embarcações (Nº)
Macapá	610	299	365
Amapá	890	109	123
Oiapoque	333	65	118
Santana	2050	485	128
Ferreira Gomes	85	16	46
Mazagão	144	15	27
Calçoene	450	269	167
Laranjal do Jarí	350	43	65
Pracuúba	300	25	97
Tartarugalzinho	600	69	181
Cutias	158	26	37
Porto Grande	174	28	48
Total	6.144	1.449	1.302

Fonte: Agência de Pesca do Amapá - Pescap (2007).

CONCLUSÃO

Ainda que se considere todo o potencial pesqueiro do estado do Amapá, representado pelos seus extensos e variados ambientes aquáticos e com sua riqueza de biodiversidade, a pesca extrativista apresenta grandes limitações em sua produção, causadas, sobretudo pela falta de informações e conhecimentos tecnológicos. As informações sobre a produção pesqueira no estado do Amapá são contraditórias, pois não há estudos que registrem a evolução dos desembarques por espécies e o aumento do esforço pesqueiro. Além, pouco se conhece sobre a situação atual da exploração dos estoques pesqueiros, assim é desconhecido se há perigo de sobrepesca para as espécies mais exploradas.

A pesca no estado do Amapá é uma atividade socioeconômica muito lucrativa, porém, a base de desenvolvimento para o setor é sem dúvida a melhoria da infraestrutura. É necessário investimentos em frota pesqueira e modernização e construção de portos de desembarque modernos e adequados, para o escoamento da produção do estado do Amapá e conhecimento confiável da estatística de desembarque de todo o pescado. De posse dessas informações poderiam ser elaboradas políticas adequadas para a pesca artesanal.

A partir da construção da ponte sobre o Rio Oiapoque ligando o Brasil com a Guiana Francesa, através do estado do Amapá, poderá aumentar a abertura comercial com os países do Caribe. Estes e outros fatores devem ser considerados de forma positiva para uma política de desenvolvimento da atividade pesqueira no estado, com visão econômica do uso sustentável das potencialidades existentes no estado do Amapá. Além disso, é preciso melhoria nos métodos de processamento do pescado que em geral é comercializado in natura ou salgado, pois a industrialização agregaria valores ao pescado processado, que tem baixo preço no mercado local.

A aquicultura e, em especial, a piscicultura com a criação do tambaqui e pirarucu, antes ignorada no estado devido à facilidade da pesca extrativista, representa uma boa alternativa para escassez de peixes no período do defeso. Os fatores ambientais favoráveis tais como clima, água, temperatura, contribuem de forma significativa para o desenvolvimento desta atividade econômica em franco crescimento no Brasil. Contudo, os incentivos às iniciativas empreendedoras para piscicultura devem compactuar com a sustentabilidade desta atividade, que em geral usa os corpos naturais para criação direta ou para abastecimentos dos tanques.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei número 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. 2000.

DIAS, M. K. R. Biologia Populacional do camarão regional (*Macrobrachium amazonicum* HELLER, 1862) e Diagnóstico Socioeconômico, Educacional e Ambiental da Pesca no Porto do Igarapé da Fortaleza no Estado do Amapá. Universidade Federal do Amapá. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Ciências Biológicas. 2008.

DIEGUES, A. C. Ecologia Humana e Planejamento em Áreas Costeiras. 2a edição. São Paulo. USP. 225p. 2001.

ISAAC, V. J.; ARAÚJO, A. R.; SANTANA, J. V. A pesca no estado do Amapá – Alternativas para o desenvolvimento sustentável. Macapá: Sema/Gea/Bid, (p.25-30). 1998.

ISAAC-NAHUM, V.J. Exploração e manejo dos recursos pesqueiros do litoral amazônico: um desafio para o futuro. *Ciência e Cultura*, 58:33-36, 2006.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE Diretrizes ambientais para o setor pesqueiro: diagnóstico e diretrizes para a pesca marítima – Brasília. 124p. 1997.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Laudo sócio-econômico e biológico para criação da Reserva Extrativista do Taim. Acesso http://www.ibama.gov.br/consulta/downloads/laudo_biologico_do_taim.pdf. 2006.

MOURA, N. F. O. de; COELHO, P. A.; SOUZA, R. F. de. A Pesca Artesanal do Aratu, *Goniopsis cruentata* (LATREILLE, 1803) (Crustácea, Brachyura, Grapsidae) no Litoral Norte de Pernambuco – Brasil. *Boletim Técnico Científico do CEPENE*, v (11), n (1), p. 109-115. 2003.

SILVA, L. M. A. Potencial Pesqueiro do camarão regional *Macrobrachium amazonicum* (HELLER, 1862) na foz do Rio Amazonas (Arquipélago do Bailique). Relatório Técnico. Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá – IEPA. 23p. 2002.

SILVA, L. M. A., SILVA, S. L. F. Fatores de decisão de compra de pescado nas feiras de Macapá e Santana-Amapá. *Boletim Técnico Científico do CEPNOR*, Belém, v. 4 , n. 1, p. 89-98. 2004.

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS – SUFRAMA. Potencialidades regionais estado do Amapá. 56p. 1999.

VASCONCELOS, E. M. S. de; LINS, J. E.; MATOS, J. A. de; JUNIOR, W.; TAVARES, M. M. Perfil Socioeconômico dos Produtores da Pesca Artesanal Marítima do Estado do Rio Grande do Norte. *Boletim Técnico Científico do CEPENE*, v (11), n (1), p. 277-292. 2003.